

O PROCESSO DE TOMBAMENTO DA PARÓQUIA DIVINO ESPÍRITO SANTO DO CERRADO, PROJETADA POR LINA BO BARDI

Ivete Batista da Silva Almeida

*Christofer Lima Mendonça**

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar o processo de tombamento da paróquia Divino Espírito Santo do Cerrado. Desejando entender o verdadeiro valor do processo de tombamento para a comunidade, esta pesquisa coloca algumas questões: Qual é a compreensão da comunidade local com relação a patrimônio histórico e tombamento? O processo de tombamento da Paróquia Divino Espírito do Santo do Cerrado fez aumentar o número de frequentadores? A paróquia está devidamente preservada após o tombamento? Quais benefícios econômicos o tombamento trouxe para a paróquia? Lançando mão da pesquisa bibliográfica, sobretudo no que diz respeito aos conceitos de preservação e tombamento e de uma pesquisa no modelo *survey* para a coleta de opinião dos frequentadores da igreja, pretende-se refletir sobre a relação entre comunidade e patrimônio histórico na cidade de Uberlândia.

Palavras-chave: Patrimônio histórico. Tombamento. Participação Comunitária. História.

Abstract

This article aims to present the process to preserve the Cerrado Holy Spirit parish. Wishing to understand the true value of tipping process for the community, this research raises questions: What is the understanding of the local community in relation to historical heritage and tipping? The process to preserve the Cerrado Divine Parish of the Holy Spirit has increased the number of attendees? The parish is properly preserved after lodging? What economic benefits tipping brought to the parish? Making use of literature, especially with regard to the preservation of concepts and tipping and a search of the model survey to collect views of church goers, we intend to reflect on the relationship between community and heritage in the city of Uberlândia.

Keywords: Historical Heritage. Tipping. Community Participation. History.

· Ivete Batista da Silva Almeida, é Doutora em História pela Universidade de São Paulo e Docente de Pós Graduação em Ensino Superior no Instituto Passo 1 de Uberlândia. ivetebalmeida@usp.br.

* Christofer Lima Mendonça é Especialista em Cultura Afro-brasileiro pela UCAM e graduado em História pela Faculdade Católica de Uberlândia. christofer.historia@hotmail.com.

I - Fontes, objetos e objetivos: História, memória e patrimônio

Esta pesquisa está associada a alguns conceitos-chave para a historiografia atual: patrimônio e memória. Sobre a memória, Le Goff chama a atenção para as ideias de Gourhan¹ sobre o tema, apontando três tipos de memória: específica, étnica e a artificial. Nas palavras do autor:

Leroi-Gourhan considera a memória em sentido lato e distingue três tipos de memória: memória específica memória étnica, memória artificial: Memória é entendida, nesta obra, em sentido muito lato. Não é uma propriedade de inteligência, mas a base seja ela qual for sobre a qual se inscrevem as concatenações de actos. Podemos a esse título falar de uma “memória específica” para definir a fixação dos comportamentos de espécies animais, de uma memória “étnica” que assegura a reprodução dos comportamentos nas sociedades humanas e, no mesmo sentido, de uma memória “artificial”, electrónica na sua forma, mais recente, que assegura, sem recurso ao instinto ou à reflexão, a reprodução de actos mecânicos encadeados (LEROI-GOURHAN, 1964-65, p. 269; Apud LE GOFF, 1984, p. 13).

Quanto à memória, tem-se que essa associa-se à interpretação e percepção dos vestígios daquilo que já passou, constituindo-se, portanto, numa forma de evocação do passado. A história da memória coletiva, segundo Le Goff, divide-se em cinco períodos: transmissão oral, transmissão escrita, ficha simples, mecanografia, seriação eletrônica. Na transmissão oral, mais presente nas sociedades ágrafas evidencia-se o grande papel desempenhado pelos homens memória, que ficam designados a guardar a memória do seu meio social, como os griots² do Mali, por exemplo.

Em nossa pesquisa, a memória estará presente como dado fundamental, pois recorreremos a ela para compreendermos a percepção de indivíduos de uma comunidade quanto a um processo histórico vivenciado por eles.

¹ André Leroi-Gourhan foi um antropólogo francês, ligado aos temas do homem, linguagem e estética.

² Griots é como são chamados na África, os contadores de histórias. Eles são considerados sábios, muito importantes e respeitados na comunidade onde vivem. Através de suas narrativas, eles passam, de geração a geração, as tradições de seus povos. (ALMEIDA, I.B.S. *Escravidão e identidade*. Apostila do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Cultura Afrobrasileira. Instituto Próminas. 2008).

Quanto ao patrimônio, no âmbito legal, a preservação de patrimônios históricos e culturais foi amparada pela instauração da lei do tombamento, segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional:

O tombamento é um ato administrativo realizado pelo Poder Público com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação da legislação específica bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados. (PERGUNTAS FREQUENTES. Em <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em 07/11/2011.)

O tombamento, como questão para a memória cultural, entrou em pauta no Brasil, na década de 1920, por meio da ação de intelectuais modernistas, principalmente, Mario de Andrade, considerado um grande intelectual do país, que liderou o movimento modernista brasileiro e esteve intimamente ligado à construção de materiais e parâmetros que amparassem as ações de preservação. Esse ato administrativo gerou grande repercussão e, em 1934, finalmente, pelo artigo 148 da Carta Magna, segundo o qual caberia à União dos Estados com os Municípios o ofício de preservarem os bens históricos de sua região, uma política de preservação se concretiza. Hoje, a preservação do patrimônio histórico está presente nas três esferas governamentais, em conformidade com o Decreto-Lei nº. 25 e a Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988.

Entender a forma como uma comunidade real se relaciona com o processo de tombamento de um bem cultural e, em que medida esse processo se articula com a identidade coletiva, será o objetivo deste artigo.

II. O processo de tombamento da Igreja do Divino Espírito Santo do Cerrado

Para entender o significado do tombamento da Igreja do Divino Espírito Santo hoje, há que se recuperar o processo de fundação e tombamento da igreja.

2.1. A Igreja

Em meados da década de 1970, a cidade de Uberlândia teve um grande fluxo de emigrados de outras cidades que, em plena ditadura militar, em meio a um milagre econômico que desprezava qualquer necessidade de uma reforma agrária, provocando o

êxodo rural e o conseqüente inchaço das cidades de grande e médio porte, buscavam um lugar onde pudessem tentar uma vida melhor. Os migrantes, vindos para a região do Triângulo Mineiro, e mais precisamente para Uberlândia, vinham em busca de emprego e moradia e ainda, aproveitando-se desse contexto, as empresas imobiliárias expandiam seus empreendimentos, tornando-se as grandes responsáveis pelo crescimento demográfico dessa região. Foi nesse cenário que surgiu o Bairro Jaraguá, localizado na Zona Oeste, da cidade, às margens do rio Uberabinha. Nessa época, a comunidade local era composta por uma população trabalhadora, de baixo poder aquisitivo, que construía suas residências à beira do rio, em condições precárias, sem saneamento básico, asfalto, energia elétrica e transporte.

Com o crescimento do bairro, no dia 15 de dezembro de 1975, a Secretaria Municipal de Obras, sob o mandato do então prefeito, Virgílio Galassi, concedeu o alvará de licença para os comissários Franciscanos de Nossa Senhora de Fátima do Brasil para a construção da Igreja, que seria denominada como Igreja do Divino Espírito do Santo.

A obra situava-se na Avenida dos Mognos, número 355, e é paralela com as avenidas Ipê e com a Rua Cerejeiras, no Bairro Jaraguá. A construção foi realizada pela comunidade local, por meio de doações ou de mão-de-obra, junto com o Engenheiro Rodolfo Ochoa e a Arquiteta Lina Bo Bardi. Com relação ao projeto, sua maior inovação seria a forma ousada como agregou diferentes influências e tradições religiosas na planta da igreja:

Neste projeto, você tem de um lado um terreiro de candomblé completamente africano, do outro uma igreja simples como uma igreja franciscana de pequena cidade italiana. No meio, um 'caracol' (os claustros), uma área de concentração, de camarim, até chegar ao centro com um pequeno lago, um poço árabe. Tudo isso cercado pelas plantas do cerrado, culminando com o campinho de futebol bem brasileiro. Ela é uma igreja pra lá do catolicismo. É uma igreja pagã, ou católica panteísta. (NERY, 2010, p.53)

Nascida do esforço e da vontade da comunidade, a paróquia se tornou uma obra de grande prestígio simbólico para aqueles moradores que participaram da construção da igreja e seus frequentadores.

Ao observar-se a história da paróquia, vê-se que, no momento de sua construção, a união da comunidade em torno de um propósito comum – a construção da igreja – teria

sido um evento marcante, no qual os laços de identidade entre aquelas pessoas teriam se estreitado.

2.2. O Tombamento

O Instituto Lina Bo e Pietro Maria Bardi, fundado em 1990, na cidade de São Paulo, com o intuito de divulgar e promover a cultura e as artes brasileiras - dentro do Brasil e no exterior - foi o grande representante do processo de tombamento da paróquia.

Uma vez que a igreja fazia parte do acervo de trabalhos assinados por Lina e, estando ela, àquela data, já necessitando de reparos, organizou-se no dia 18 de março de 1996 uma reunião entre os mantenedores e os fiéis, com o objetivo de definir prioridades para as reformas na estrutura da paróquia, como o projeto da construção do Salão Paroquial, o conserto dos telhados e da estrutura de madeira, além de revisões no projeto original, tais como a construção da sacristia, a reconstrução do altar original, as demolições da garagem junto à torre e parte da paliçada do quiosque, a colocação do sino campanário e a fixação da imagem do Espírito Santo na cumeeira da nave. Com o término da obra, ficou decidido, por votação unânime, que o bem seria tombado, sendo lavrada uma Ata, assinada pelos representantes do Instituto Lina Bo e Pietro Maria Bardi – Graziela Valentineti, Marcelo Ferraz e André Vainer –, o pároco da igreja, Padre Rui Vieira, o engenheiro Dorneles José Bueno da Silva e o Sr. Edmar de Almeida, ou seja, todos os integrantes que participaram da reunião. Com a construção do salão da paróquia sendo anexada à Igreja, o Instituto Lina Bo e Pietro Maria Bardi encaminhou o projeto do processo de tombamento, com o fim de preservar o edifício e a memória da comunidade local.

Naquele momento, o município tratava a questão do patrimônio histórico na cidade com poucos cuidados:

Ao longo da década de 1990, deixando de apontar novos bens para proteção legal e contando com uma legislação de uso do solo negligente quanto ao assunto, a preservação do patrimônio cultural ainda carecia de maior atenção por parte do município. Embora o Museu Municipal e a Oficina Cultural tenham sido implantados nesse período, com a recuperação dos imóveis tombados que abrigam esses equipamentos, houve poucos avanços no sentido de se formular uma política de preservação. O Plano Diretor (1994) foi aprovado, nos termos aqui descritos, mas não houve interesse, por parte do poder público, por detalhar parâmetros da zona especial de revitalização e a transferência de

potencial construtivo, fazendo com que o instrumento compensatório tivesse pouca ou nenhuma repercussão na preservação. (GOULART, 2006, p. 160).

Uma vez que, na década de 1990, no âmbito municipal, não existia estrutura e vontade política para levar adiante os processos de tombamento e preservação, a paróquia não foi tombada pelo município, mas pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado de Minas Gerais (IEPHA/MG). O mesmo solicitou uma visita técnica para avaliar o edifício e constatou que algumas reformas que foram feitas ao longo do tempo comprometeram a estrutura do projeto original, conforme consta no Relatório de Vistoria. O relatório foi minucioso, dando maior ênfase aos itens que poderiam comprometer as fundações do prédio.

O relatório em questão apresentava algumas mudanças estruturais como a cobertura do edifício, e foi feita, ainda, uma inclinação no telhado, para resolver os problemas do escoamento da água da chuva, que poderia, futuramente, danificar sua estrutura.

No que diz respeito às estruturas e vedações, o relatório constatou que houve danos na entrada do templo, inclusive trincas. No entanto, foi solicitado o preenchimento das mesmas com material consolidante. Alguns pilares dos pórticos não resistiram às reformas, sendo necessárias escoras para manter a formação original. Os pisos que apresentavam um estilo português já apresentavam remendos com cimento, descaracterizando-os; porém foi recomendada a restauração dos mesmos. Além do mais, houve também um empenamento do solo, modificando a posição das placas, sendo sugerida a implantação de estacas para evitar que se deslocassem.

Além dessas, outras sugestões foram apresentadas, como a reforma da porta treliça, que não atendia às questões de segurança e nem à estética, necessitando substituição, também. As instalações elétricas deveriam ser revistas, por se tratar de uma fiação antiga. De acordo com o relatório de vistoria, o qual se encontra anexado no projeto original do IEPHA, havia muitas “gambiarras”, sendo, portanto, necessária a instalação de uma iluminação mais adequada no exterior da igreja.

Algumas propostas de alteração foram feitas para a valorização do patrimônio a ser tombado. No entorno da Igreja houve a demolição da garagem e do escritório, e a remoção da pintura da identificação do templo.

No dia 13 de março de 1996, o IEPHA/MG editou, em Belo Horizonte, uma nota de esclarecimento, na qual apontou que o tombamento da paróquia visava garantir a integridade física do edifício, ressaltando que quaisquer alterações, fossem por reparos a danos ocasionados, ou quaisquer outros motivos deveriam passar por uma avaliação do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais.

No dia 22 de agosto de 1996, era realizada uma reunião na oficina Cultural em Uberlândia, para tratar a questão do tombamento da Igreja do Espírito Santo do Cerrado, na qual estavam presentes os seguintes órgãos e seus representantes: Paulo de Freitas, Diretor da Secretaria Municipal de Cultura, Raquel Mendes de Carvalho, da Secretaria Municipal de Planejamentos, Dorneles Silva, da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, Marília T. Vale, Maria Elisa Guerra e Patrícia P. A. Ribeiro, da IAB, Marcelo Ferraz e André Wainer, do Instituto Lina Bo e P. M. Bardi e Edmar de Almeida, representante da comunidade artística local. Na ocasião, foram decididos os seguintes termos:

Após a exposição dos técnicos do IEPH/MG, foram definidos os novos limites do entorno da Igreja, e avaliadas as intervenções propostas pelo Instituto Lina Bo e P. M. Bardi. Quanto à construção do Salão Paroquial, reivindicação da comunidade e dos padres manifestada na reunião do dia 21 de agosto realizada na Igreja, conclui-se que em função da manutenção da integridade da obra da arquiteta Lina Bo Bardi, a solução viável seria sua instalação em outro terreno cedido pela Prefeitura, nas proximidades. Em conformidade com o tombamento provisório da Igreja, o IEPHA/MG solicitou o envio do projeto completo das soluções arquitetônicas apresentadas pelo Instituto Lina Bo e P. M. Bardi por Ofício MCF/ SAP – 104 de 3 de abril de 1996, para serem analisadas pela Superintendência de Análise e Projetos. (Projeto original. Relatório de Reunião, 1996).

O Instituto Lina Bo e Pietro Maria Bardi, logo após a decisão do tombamento provisório da paróquia pelo IEPHA/MG, manifestou o seu apoio a essa iniciativa, alegando que seria de grande importância para a preservação da memória coletiva da comunidade local. No dia 11 de setembro de 1996, foi publicado um edital de notificação de tombamento da paróquia:

A Presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG, na forma da lei, faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que está sendo instruído o processo de tombamento da Igreja do Espírito Santo do Cerrado no bairro Jaraguá, distrito sede do município de Uberlândia

em Minas Gerais. Em consequência da presente notificação, a referida igreja sob a proteção do Tombamento Provisório – artigo 4º da lei 11.258, de 28 de outubro de 1993 c/c o Decreto nº 26.193, de 24 de setembro de 1986, correndo a partir da data do recebimento da notificação, o prazo de 15 (quinze) dias para manifestação dos interessados que poderão impugnar o Tombamento ou manifestar sua anuência. A Superintendência de proteção e a Assessoria jurídica do IEPHA/MG se acham à disposição dos interessados para os esclarecimentos necessários. (Projeto original, Edital de Notificação de Tombamento, 1996).

No dia 04 de outubro de 1996, houve uma contestação por parte do Bispo Diocesano, D. José Alberto Moura, na qual apontava alguns motivos que levaram à impugnação do tombamento da paróquia:

Assembleia realizada entre a Diretoria e Comunidade, julgamos inviável o Tombamento Histórico do referido Prédio, tendo em vista motivos aplausíveis para o não aceitar tal sugestão. Os motivos que nos levam a esta decisão são os seguintes: 1º) – O prédio é construído de forma arredondada, não possuindo nenhuma janela. 2º) – Existe somente uma porta central de acesso à igreja, cuja a porta é a única entrada de ar que é muito precária. 3º) – Não existe Sacristia. 4º) – Seu telhado cedeu, e na época de chuvas, facilita a entrada de água no recinto da Igreja. 5º) – O piso não oferece condições para manutenção de limpeza, tendo em vista que as pedras são miúdas (Pedra portuguesa). 6º) – O prédio não comporta mais o número de fiéis, existindo uma necessidade premente em ampliá-lo. 7º) – não possui um escritório paroquial, o que impossibilita o recebimento e atendimento necessário aos fiéis de nossa Igreja. 8º) – Necessita urgentemente efetuar a construção de um centro comunitário em sua área ociosa. Outrossim, comunicamos-lhe, que tal decisão é em caráter irrevogável, tendo em vista a proposição da comunidade efetuar todas as modificações necessárias, com recursos próprios para um atendimento digno aos fiéis de nossa comunidade. (Projeto original. Impugnação, 1996).

A manifestação do bispo nos chama a atenção para um ponto chave na discussão sobre a relação entre as políticas de tombamento e as opiniões e identidades das comunidades envolvidas, pois, com o processo concluído, ao se tornar patrimônio tombado, o poder de decisão sobre uso e mudanças no espaço sairia das mãos da comunidade e passaria para as mãos do poder público.

Após impugnação feita pelo Bispo Diocesano, referente ao tombamento da paróquia, houve a solicitação das seguintes mudanças:

No espaço interno as paredes que circundam a igreja, originalmente de tijolinho, foram rebocadas e pintadas de branco. Com isso, os vãos de iluminação em toda a extensão da igreja foram fechados provocando perda da circulação cruzada de ar. Foi construída uma parede de alvenaria formando um cômodo para abrigar a sacristia, localizada atrás do altar-mor, a partir do acréscimo feito no painel de tijolos que se localizava no fundo deste altar, cuja parede também foi rebocada e pintada de branco. Atrás dessa parede foi construído um armário de madeira. O piso da igreja, de pedra portuguesa no projeto original, foi pintado, na área central, em tom palha, com a marcação do caminho para o altar, e, nas laterais, sob os bancos, em tom marrom. Foi feito um recobrimento do piso do altar, substituindo os tijolinhos por cimento queimado vermelho. Foram instaladas luminárias na área interna além de um elevado número de ventiladores, em conflitante desacordo com o ambiente e o aspecto geral da arquitetura. Na porta principal foram aplicadas placas de madeira. A estrutura de madeira em aroeira que sustentava o telhado foi trocada por madeira pau-brasil, uma vez que não foi possível encontrar aroeira na região. Também foram colocados pilares de madeira para o escoramento de toda a estrutura, que apresentava rachaduras e instabilidade estrutural. Além da instalação de caixas de som no ambiente, também foram acrescentadas as imagens da Via Sacra, que estão em completo desacordo com o estilo despojado do templo. Da mesma forma, a lâmpada do Santíssimo, o sacrário, as imagens do crucificado e da Senhora das Graças, estas em gesso. A construção central, antiga moradia das freiras, tem sido usada atualmente pela administração da igreja, o que demandou várias adequações. As portas e pisos foram trocados, foram instalados forros de madeira, colocação de divisórias na atual secretaria, foram refeitas as instalações elétricas e feitas algumas adequações no subsolo. No galpão, foram trocadas as paredes em meia altura, feitas de bambu, e que estavam apodrecidas, por madeira roliça de eucalipto tratado, do piso ao teto; o chão de terra batida foi substituído por piso de cimento queimado. O antigo campo de futebol, também de terra batida, foi coberto por placas de concreto, e toda a área externa, antes de terra batida, recebeu revestimento de cimento grosso. Devido à ação de vândalos, o terreno em volta da igreja teve de ser cercado com muros e grades, desde o campo até a entrada principal. Também foi instalado um guarda-corpo no nível mais elevado até essa entrada, além de luminárias externas, que interferem na fachada da obra. O antigo acesso de serviço da igreja foi transformado em depósito e construiu-se uma cobertura na área externa no nível do galpão, contendo um quiosque, que, segundo o projeto original, deveria abrigar uma churrasqueira. (NERY, 2010, p.56-57).

Concluída a reforma exigida pelo Bispo Diocesano, D. José Alberto Moura, o presidente do Conselho Curador do IEPHAN enviou uma notificação de tombamento para o mesmo. Nesse documento apresentava todas as alterações necessárias para o tombamento da paróquia, que ficaria sob a proteção provisória do Instituto. Além disso, foi enviada ao

Instituto Lina Bo e Pietro Maria Bardi uma carta, solicitando o encaminhamento do memorial descritivo, para uma eventual aprovação das obras.

Todavia, com relação às reformas, observa-se a oposição entre a forma como o Instituto entendia o espaço e a forma como a comunidade o via, como é o caso do episódio das obras para a casa paroquial, quando no entendimento do Instituto Lina Bo, parte do campo de futebol poderia ser ocupada. Contrariando tal decisão, além da comunidade, a prefeitura de Uberlândia sugeriu ao IEPHAN que não seria necessário diluir a área de lazer - o “campinho de futebol que pertencia à paróquia -, e que a casa paroquial fosse construída nos lotes laterais da igreja; modificando essa área a “igrejinha” estaria descaracterizando sua formação original. Vejamos a sugestão da Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia:

Esclareço que o Comissariado Franciscano é proprietário dos lotes 12, 25 e 26, vizinhos laterais da igreja, e que a parte frontal desses lotes no alinhamento da Avenida Ipê – comporta perfeitamente a construção da Casa Paroquial. Desse modo, não há necessidade de alterar todo o trabalho projetado por Lina Bo Bardi, com a utilização de um espaço reservado ao lazer (campo de futebol)”. (Projeto original. PARECER TÉCNICO, 1996).

O Instituto de Arquitetos do Brasil se pronunciou sobre o tombamento da Igreja do Espírito do Santo, complementando medidas que viabilizassem a conclusão desse processo, e colocando em pauta considerações importantes, como o fato de se tratar da única obra da arquiteta Lina Bo Bardi em Minas Gerais, destacando a importância desse patrimônio para a memória da comunidade local, aconselhando que o ideal seria a preservação de todos os traços originais da paróquia, como a capela, o claustro, a paliçada e o campo de futebol, alegando que seria de suma importância a participação do Poder executivo da Prefeitura Municipal de Uberlândia no processo.

Com relação à impugnação feita pelo Bispo D. José Alberto Moura ao futuro tombamento da Igreja Espírito do Santo do Cerrado, o IEPHA analisou todo o documento feito por ele, no qual o clérigo questionava vários itens, como o modelo arredondado da paróquia e ainda por cima a não existência de janelas, impossibilitando a entrada de ar no recinto. No entanto, o Instituto Estadual de Patrimônio Histórico alegou que, de acordo com o Instituto Lina Bo e Pietro Maria Bardi, o sistema de ventilação era formado por um vão entre a alvenaria circular e engradamento do telhado, e explicou que o motivo da não

ventilação era a falta de manutenção técnica. Outra queixa apontada pelo padre era a necessidade de ampliação periódica do edifício, pois já não comportava o número de fiéis; para esse pedido, obteve nova negativa, com a alegação do Instituto de que, na época em que o imóvel fora construído, a demanda era para um número muito menor, não sendo mais possível uma expansão do prédio.

Depois de analisados os documentos de impugnação, o IEPHAN realizou uma homenagem à arquiteta Lina Bo Bardi, reconhecendo que os trabalhos prestados pela mesma foram de extrema importância no processo de tombamento da Paróquia Divino Espírito do Santo do Cerrado. Considerada uma das grandes arquitetas do Brasil nos últimos cinquenta anos, foram destacadas também sua influência nas novas gerações de arquitetos, teatrólogos, cineastas e designers, e a qualidade de suas obras, que mesclam o presente/futuro. Vejamos a citação abaixo:

É preciso se libertar das amarras, não jogar fora, simplesmente o passado e toda a sua história; o que é preciso é considerar o passado como presente histórico, nossa tarefa é forjar outro presente, verdadeiro e, por isso, não é necessário nenhum conhecimento profundo de especialista, mas uma capacidade de entender historicamente o passado... (Projeto Original, PARECER PARA TOMBAMENTO, 1997).

No dia 24 de março de 1997, o IEPHA/MG anunciou o tombamento da Paróquia Divino Espírito do Santo de Cerrado, que teve como argumento a homenagem feita à arquiteta Lina Bo Bardi. No ato, o Secretário de Estado da Cultura de Minas Gerais concedeu o tombo da “igrejinha”, como mostra a citação abaixo:

Atendendo ao disposto no Artigo 8º - inciso III, da Lei nº 11.258, de 28 de outubro de 1993 e Artigo 6º, parágrafo 1º, do Decreto nº 26.193, de 24 de setembro de 1986, homologo o tombamento da Igreja Divino Espírito Santo do Cerrado, situada no município de Uberlândia, conforme decisão unânime do Conselho curador do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG, constante de ATA da reunião ordinária realizada em 18 de fevereiro de 1997, publicada no Diário Oficial do Estado em 18 de março de 1997, devendo a inscrição ser lançada no Livro I – do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro II – do Tombo de Belas Artes; Livro III – do Tombo Histórico. (Projeto original. HOMOLOGAÇÃO, 1997).

Homologado o Tombamento da Igreja Divino Espírito do Santo do Cerrado, protocolado no dia 09 de maio de 1997, a Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais,

a partir dessa data, exerceria a função de tutelar e preservar o patrimônio Histórico e Cultural junto ao IEPHA/ MG da cidade de Uberlândia.

III. As impressões dos frequentadores da paróquia sobre o processo de tombamento

A partir de agora, nosso foco será averiguar as opiniões dos frequentadores da Igreja do Divino Espírito Santo sobre o tombamento da paróquia. Para o processo de construção dessa pesquisa, foi utilizado o método de pesquisa *survey*, pois:

A pesquisa *survey* pode ser descrita como a obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões sobre um determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população alvo, por meio de um instrumento de pesquisa, normalmente um questionário. (FREITAS; OLIVEIRA; SACCOL; MOSCAROLA, 2000, p. 105).

Na pesquisa *survey*, não há a necessidade de realização de cálculo estatístico para a definição do tamanho da amostra, pois não há o objetivo de atingir-se um perfil com margem de erro definida. Como o objetivo é o delineamento de um perfil de opinião, o modelo *survey* se vale de amostra aleatória, pois, embora seja um instrumento quantitativo, estará dando suporte para uma pesquisa qualitativa – estudo de caso – descritiva.

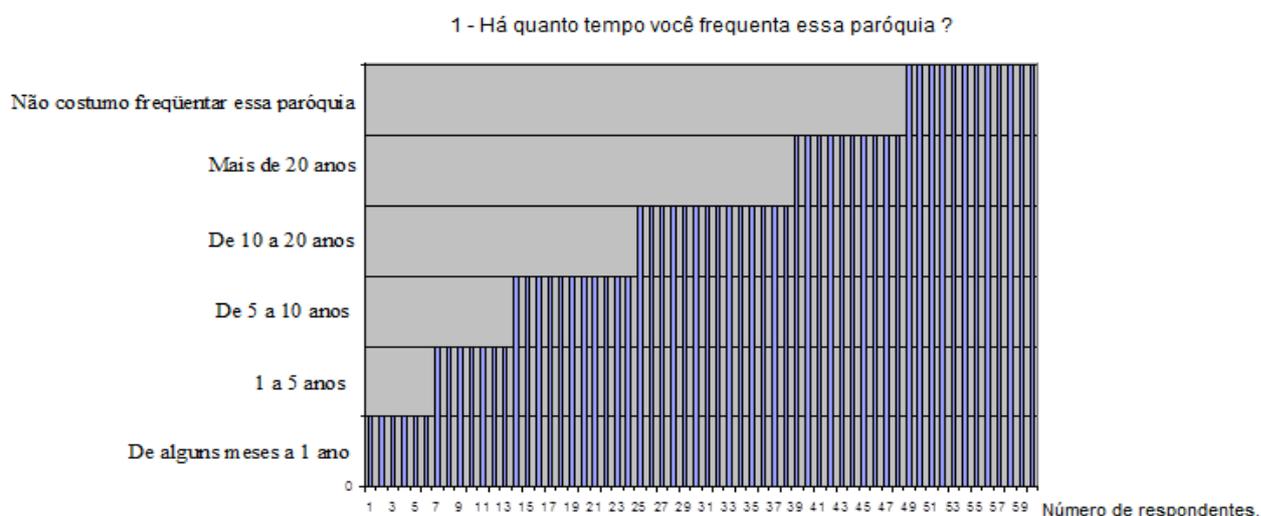
Sendo assim, as opiniões foram recolhidas em forma de questionários de modelo ordinal e numeral, constituído por nove questões de múltipla escolha com alternativas que variaram de duas a cinco alternativas, abordando temas como: a frequência do fiel; onde ele morava; o grau de importância que ele atribuía à instituição como símbolo da identidade da comunidade; a importância da paróquia para a comunidade; se eles sabiam o que era tombamento; avaliação da infraestrutura da instituição; se o número de frequentadores aumentou depois que a paróquia oficializou o processo de tombamento histórico; e para fechar, os valores da igreja para as novas gerações.

Com relação à aplicação dos questionários foram necessários dois dias de trabalho, nas datas quatro e cinco de abril de dois mil e doze, nos horários de realização das missas das dezenove e trinta às vinte e trinta. Os frequentadores foram abordados trinta minutos antes e trinta minutos depois do culto, para que não houvesse interferência nas orações dos

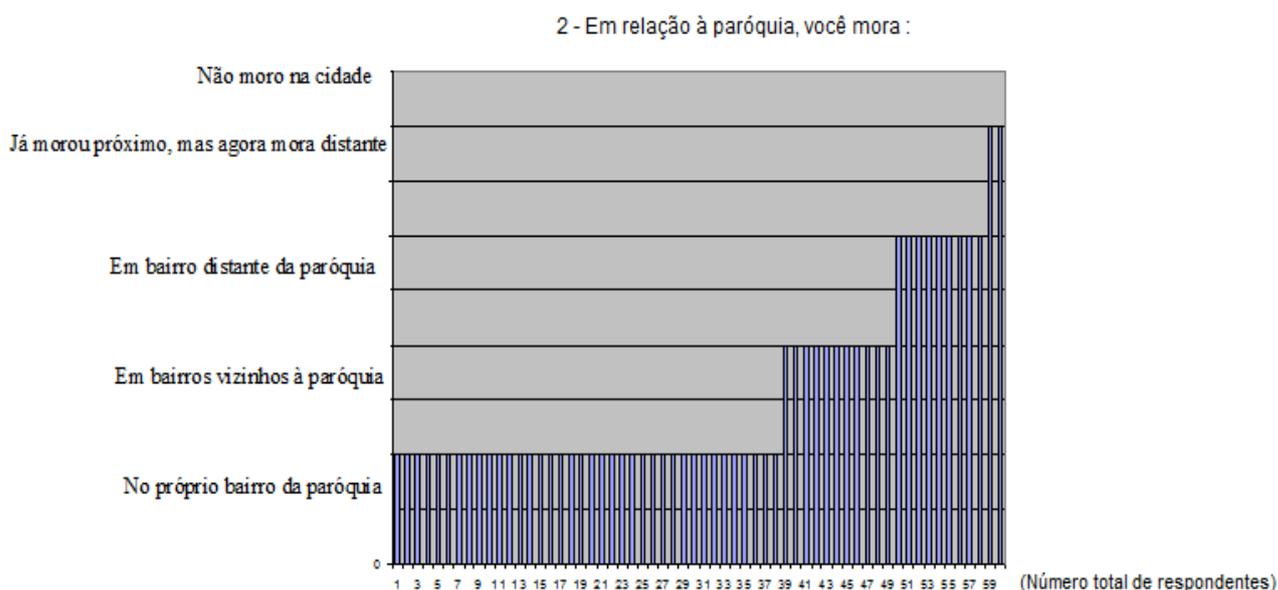
mesmos. Foram respondidos sessenta (60) questionários numa paróquia que comporta, aproximadamente, um universo entre oitenta e cem frequentadores.

3.1. Análise dos dados

Inicialmente, precisávamos saber se os respondentes eram, de fato, membros da comunidade paroquial. Depois de aplicados os questionários e analisadas as respostas para as nove questões, chegamos aos seguintes resultados:

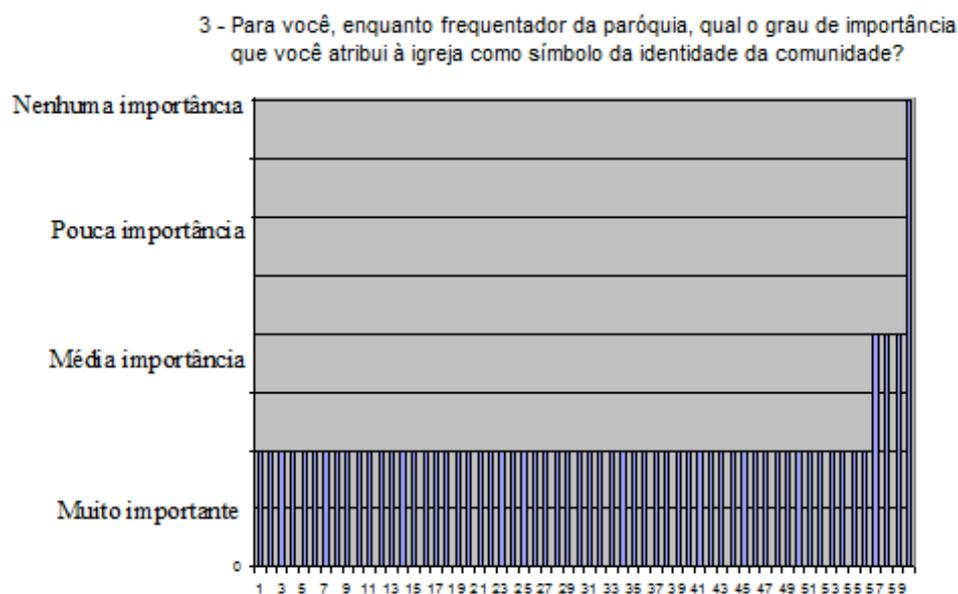


Na primeira questão foi perguntado há quanto tempo o fiel frequentava a igreja. De acordo com as respostas, observamos que somente vinte por cento não costuma frequentar a paróquia; os demais frequentadores, os 80% restantes, são formados por uma grande margem de vinte e cinco dos sessenta entrevistados, com mais de cinco anos de frequência. Podemos concluir que a paróquia possui uma clientela bastante assídua, em função de serem, na maior parte dos presentes, antigos frequentadores.

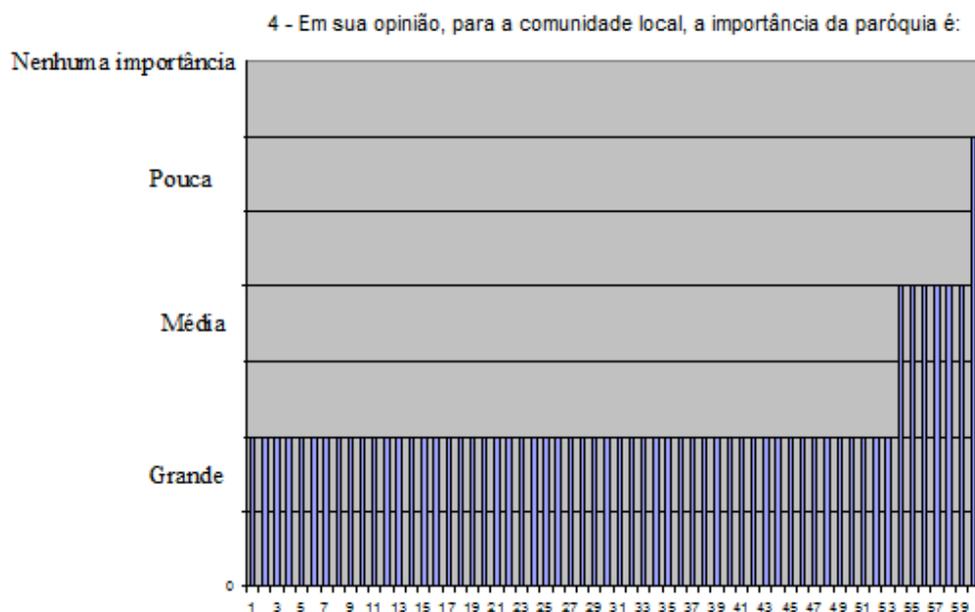


Para entendermos essa frequência dos fiéis à paróquia, foi elaborada a questão de número dois, que objetivava averiguar onde moravam os respondentes, para que pudéssemos observar se faziam ou não parte da comunidade. Obtivemos os seguintes resultados: cerca de trinta e oito dos sessenta entrevistados moram no próprio bairro e onze em bairros vizinhos. Somando as duas alternativas soma-se quarenta e nove indivíduos residindo em locais próximos, configurando, portanto, uma maioria expressiva de frequentadores da região.

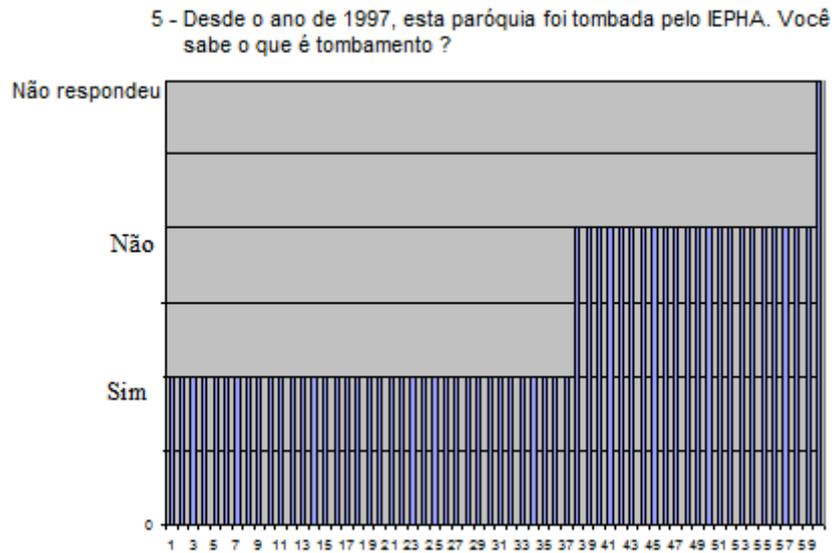
Consideramos como uma das mais importantes questões para a consecução dos objetivos da pesquisa a questão de número três, pois ela busca avaliar o grau de importância que o entrevistado atribui à paróquia como símbolo da identidade da comunidade. Tabulando as respostas, observamos que os números são bastante expressivos: cinquenta e quatro responderam que a paróquia é de muita importância, cinco acreditam ser de média importância, e somente uma pessoa acha que a instituição não possui nenhuma importância como símbolo da comunidade. Vejamos o gráfico abaixo:



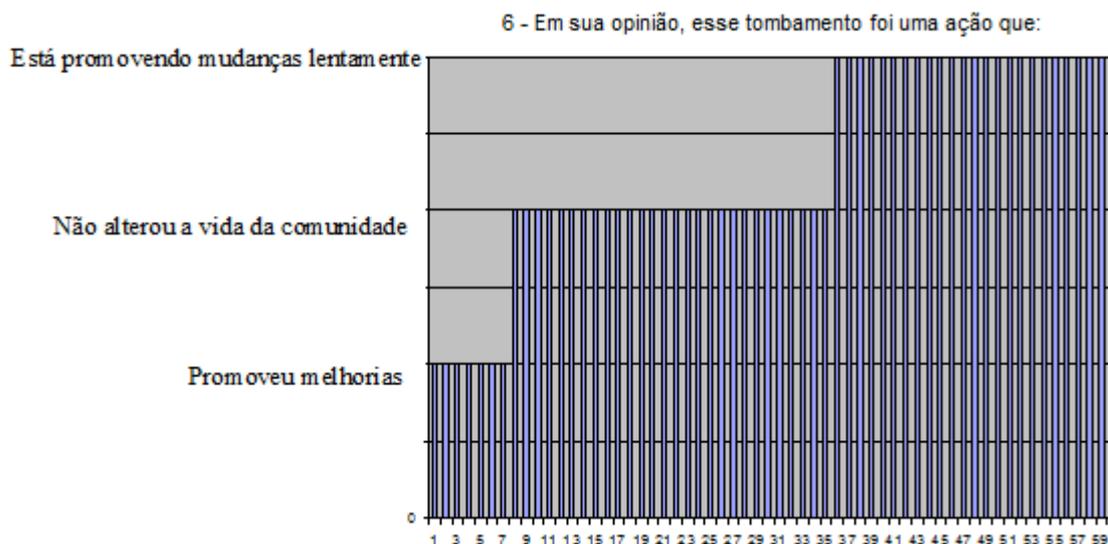
Na única resposta negativa que obtivemos, destacamos um detalhe significativo, pois, a respondente foi uma senhora de mais idade, antiga frequentadora, que não sabia ler e que, em virtude dessa dificuldade, respondeu oralmente às perguntas. Contudo, apesar do empecilho representado pelo não-letramento da senhora, chamou-nos a atenção o fato de que, embora ela não soubesse ler, demonstrou estar informada sobre o tombamento, e possuía uma opinião bem definida sobre o assunto. Essa situação nos faz levantar a possibilidade de que o tombamento tenha sido um tema de discussões intensas na comunidade, posto que as informações externadas pela senhora em questão, devem ter sido obtidas, necessariamente, a partir do diálogo e de transmissão oral.



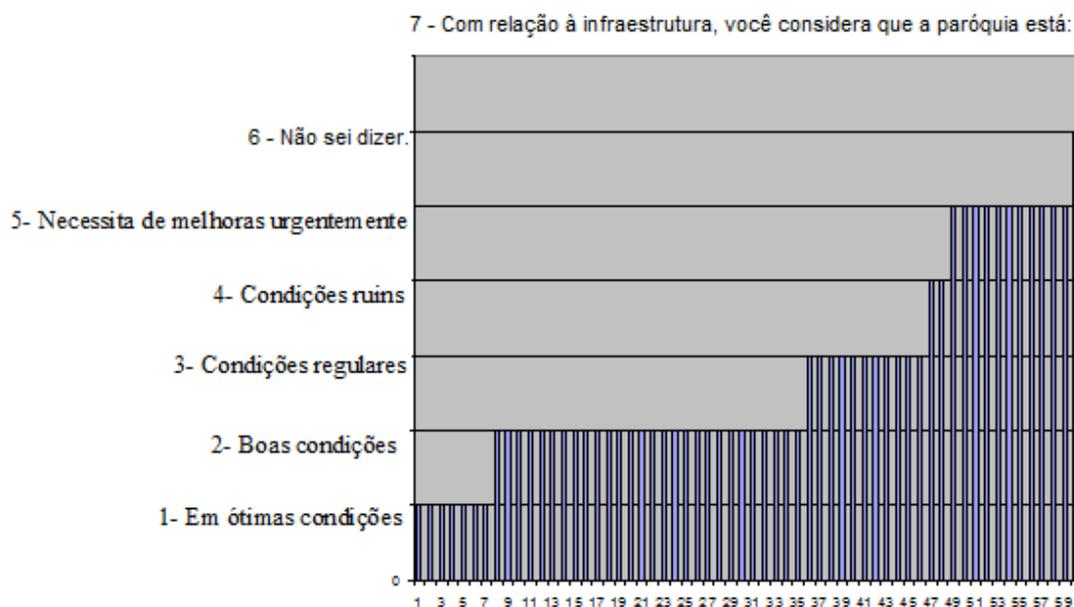
Na quarta questão, foi feita a seguinte pergunta: “Em sua opinião, para a comunidade local, a importância da paróquia é?”. Obtivemos outro valor bastante expressivo: cerca de cinquenta e três respondentes disseram que a instituição é de grande importância para a comunidade. Somando-se os resultados dessas duas questões, a de número três e a de número quatro, que aborda a importância da igreja, podemos concluir que a mesma é de grande importância tanto no âmbito individual desses fiéis, quanto para a comunidade que, como pudemos observar, necessita da igreja não somente em função dos serviços objetivos que presta à comunidade – como a creche, por exemplo – mas também, como fórum de organização e debate social.



Como o objetivo geral dessa pesquisa é entender as impressões da comunidade sobre o tombamento da Paróquia Divino Espírito do Santo do Cerrado, torna-se relevante saber se os frequentadores dessa paróquia sabem o que é o tombamento histórico. Sendo assim, a questão de número cinco está vinculada a essa dúvida. Tabulando os resultados, chegamos aos seguintes números: trinta e sete fiéis (61%) sabem o que é tombamento e o restante não sabe. Embora haja um número expressivo de desinformados, o fato é que, numericamente, a maioria se considerava informada. Devemos levar em consideração que, talvez, na verdade, dentre os 49% que se declararam desinformados, alguns, mesmo tendo alguma informação, não se sentissem satisfatoriamente informados. Se lembrarmos de que 80% correspondem aos antigos frequentadores, verificar que dos 100% entrevistados apenas 61% sabem do processo de tombamento significa aceitar que, necessariamente, nem todos os antigos frequentadores sentem-se, de fato, informados.



Na questão seguinte - a sexta - há um desdobramento da questão de número cinco, e visa atender a um dos objetivos específicos da pesquisa: averiguar os benefícios que o tombamento trouxe para a paróquia. Sendo assim, perguntamos sobre o impacto do tombamento na vida da paróquia. A maioria dos fiéis respondeu que não alterou em nada a vida da comunidade; uma parcela de vinte e cinco pessoas respondeu que as mudanças estão acontecendo lentamente; e somente sete entrevistados responderam que o tombamento promoveu melhorias. Para entender esses resultados podemos partir de duas perguntas. Uma delas seria: esse tombamento beneficiou a quem? E outra dúvida: será que esses frequentadores receberam uma orientação sobre o que é tombamento e qual é a sua função? Estas são algumas das novas perguntas que esse item suscitaria.



A sétima questão do questionário nos traz um dado fundamental para nossa reflexão, levantando a questão da infraestrutura da paróquia. A partir da análise das respostas, foi constatado que cerca de 28 dos respondentes disseram que a igreja está em boas condições; sete responderam que está em ótimas condições; e onze, em condições regulares. Percebemos, então, que a parte física da paróquia, de certa forma, além de estar, de fato, muito bem preservada, encontra-se em conformidade com as expectativas da comunidade de frequentadores, o que é bastante significativo.

Todavia, surgiram algumas divergências com relação às opiniões dos fiéis nas respostas às questões de número seis e sete, que tratam do tombamento. Percebemos que, se por um lado a comunidade afirma que o tombamento em nada contribuiu, por outro, reconhecem que hoje, a igreja encontra-se em bom estado. Durante a aplicação do questionário, à medida que interagíamos com os frequentadores, percebemos uma reação bastante refratária da comunidade em relação ao tombamento. Levantamos, assim, duas possibilidades: Com base nas respostas, principalmente para as questões seis e sete, e ainda, retomando o documento emitido pelo bispo durante o processo de tombamento, acreditamos que a postura refratária da comunidade em relação ao tombamento esteja associada à perda de autonomia de decisão – por parte da comunidade – em relação à igreja. Lembremos que, conforme já mencionado, a igreja nasceu, literalmente, das mãos dos moradores, tendo em vista que foi construída a partir do esforço e da mobilização da comunidade. Embora a decisão pela solicitação do tombamento tenha partido da própria

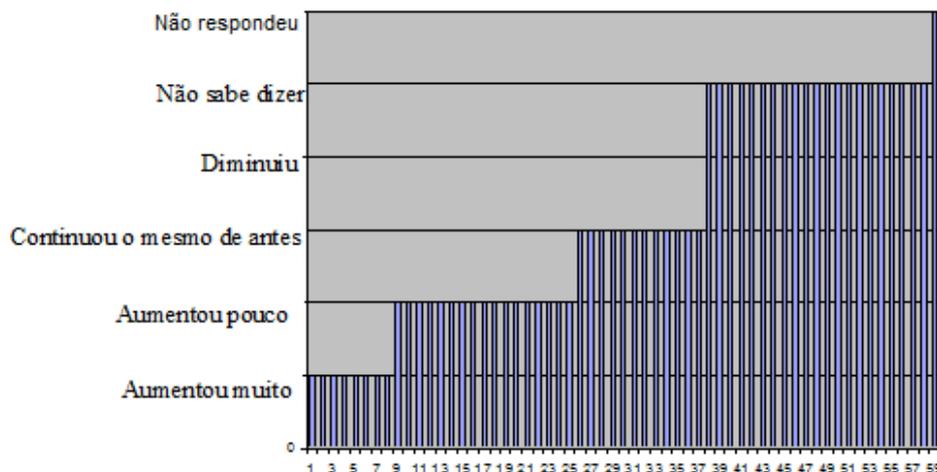
comunidade reunida em assembleia, após o processo concluído, a nova situação produziu, em muitos dos freqüentadores, um sentimento de perda, pois, agora, a comunidade não possui mais a autonomia anterior para decidir o que fazer, o que mudar ou o que construir na igreja; a antiga autonomia para deliberar sobre o espaço físico da igreja fora perdida.

Em seu artigo, “Patrimônio, negociação e conflito”, Gilberto Velho apresenta o processo de tombamento do terreiro de candomblé Casa Branca, que também consistia num espaço de uso cotidiano de uma comunidade. No artigo, o autor nos mostra a necessidade de que, ao processo, seja incluída a necessidade de uma visão mais flexível, que aceite a possibilidade de alterações no espaço físico, em função das necessidades de uma comunidade que está em curso de construção cotidiana de suas relações. Nas palavras do autor:

Ao recomendar o tombamento, considerei fundamental chamar a atenção para o fato de que ‘o acompanhamento e a supervisão da SPHAN deve, mantendo seus elevados padrões, incorporar uma postura adequadamente flexível diante desse fenômeno religioso’ e, ainda, que ‘o tombamento deve ser uma garantia para a continuidade da expressão cultural que tem em Casa Branca um espaço sagrado’. Afirmar que a sacralidade, no entanto, não era sinônimo de imutabilidade e que a SPHAN não abriria mão da seriedade de suas normas, mas deveria ‘procurar uma adequação para lidar com o fenômeno social em permanente processo de mudança. (VELHO, 2006, p. 238).

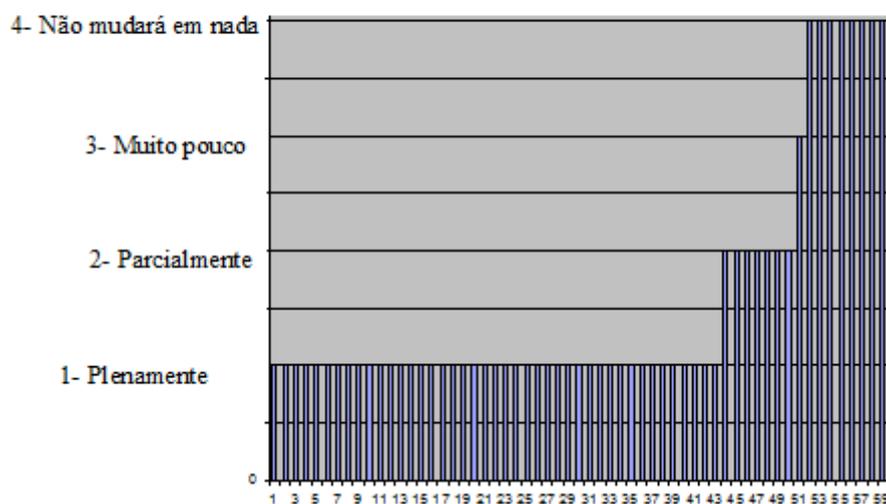
Apontamos ainda uma segunda possibilidade de explicação para as reações da comunidade. Com base em nosso questionário e em nossa interação com a comunidade, percebemos que não houve um processo educacional antecedendo o tombamento; os frequentadores não tiveram o conhecimento prévio do que viria a ser o tombamento, dentro de seus princípios conceituais e mesmo suas restrições legais.

8 - Você considera que, depois da oficialização do tombamento, o número de frequentadores:



Focando a percepção dos respondentes sobre o fluxo de frequentadores na igreja, depois de concluído o processo de tombamento, pudemos perceber que, na percepção da comunidade, não houve um grande aumento de frequentadores nas celebrações das missas, e que haveria um balanceamento nas quatro das cinco opções existente: dezessete pessoas opinaram que houve um aumento discreto, outras doze escolheram que continuou o mesmo de antes; oito disseram que houve um grande aumento, e vinte e três não souberam dizer.

9 - Em sua opinião, o tombamento poderá alterar o valor da paróquia para as novas gerações?



Finalizando o questionário, na última questão perguntamos sobre as possibilidades para o futuro, associando o tombamento à valorização da igreja para as novas gerações. Os resultados foram expressivos: cerca de quarenta e três pessoas responderam que alterará plenamente.

Assim, fazendo um paralelo entre as questões seis, sete e oito e essa última, deve-se considerar que, com o tombamento da Paróquia Divino Espírito do Santo do Cerrado, na percepção dos frequentadores, houve de fato melhorias, pois, de acordo com os respondentes, a infraestrutura da igreja apresenta boas condições, ou seja, uma das funções dos órgãos de tombamento – no caso o IPHAN – está realmente sendo cumprida. Todavia, o desconhecimento das exigências, objetivos e limitações do processo de tombamento faz com que o sentimento de perda de autonomia provoque uma atitude negativa de uma parte expressiva dos frequentadores em relação ao tombamento. Mas o que nos anima é perceber que, mesmo sentindo-se aparentemente desconfortáveis com o tombamento, os frequentadores concordam que o reconhecimento legal da paróquia como patrimônio cultural possibilitará a conquista da atenção das novas gerações, mantendo vivos os valores e costumes da comunidade da Igreja do Espírito Santo do Cerrado.

IV. Considerações finais

Ao estudarmos o processo de construção da Igreja, pudemos vê-la como monumento, capaz de evocar o passado da comunidade. Com a aplicação do questionário e a posterior análise dos dados, percebemos que, embora no processo de tombamento da Paróquia Divino Espírito do Santo do Cerrado tenham ocorrido melhorias, a razão de não haver uma maior aceitação da comunidade em relação ao tombamento estaria na falta de um processo de educação. O fato de as intenções institucionais, os procedimentos, limites, e ganhos, a curto e a longo prazo, não terem sido devidamente discutidos, a ausência de uma melhor divulgação do que vem a ser o tombamento e de qual seria a sua função, teriam também provocado, em grande parte dos frequentadores, uma impressão negativa, fortemente vinculada a um sentimento de perda de autonomia, pois o que eles percebem concretamente é que não são mais eles a decidirem sobre os destinos da igreja, mas sim, os representantes legais do poder público.

Com essa pesquisa, um breve perfil da relação entre a comunidade e o tombamento da igreja pode ser traçado. Todavia, a dinâmica dos processos sociais exige de todos nós, um esforço longo e cuidadoso para que as intenções e as relações possam ser melhor compreendidas.

Referências

ALMEIDA, I.B.S. *Escravidão e Identidade*. Apostila do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Cultura Afrobrasileira. Belo Horizonte: Instituto Próminas, 2008.

BLOCH, Marc Léopold Benjamin. *Apologia da História, ou o Ofício do Historiador*. Tradução de André Telles, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed UNESP, 1992.

FREITAS, H; OLIVEIRA, M; SACCOL, A.Z.; MOSCAROLA, J. O método de pesquisa survey. São Paulo: *Revista de Administração da USP, RAUSP*, v. 35, nº 3, Jul-Set. 2000, p.105-112.

GOULART, MG *Apenas uma fotografia na parede: Caminhos da preservação do patrimônio em Uberlândia*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UNB. Brasília, 2006, p.161.

IEPHAN. Projeto original, Belo Horizonte, Acervo do Museu Municipal de Uberlândia.

LE GOFF, Jacques. "Memória". In: _____ *História e Memória*. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.

LE MOS, CARLOS A. C. *O que é patrimônio histórico*, 2.ed, São Paulo: Editora Brasiliense, 2010.

NERY. Vanda Cunha Albieri. Igreja Divino Espírito Santo do Cerrado: A Ação dos Signos Na Arquitetura Religiosa Cristã. In: *Revista Idea*. Uberlândia: ESAMC. Volume 2, número 1, julho/dezembro de 2010, p. 48-64.

Portal IPHAN. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=12691&sigla=PerguntasFrequentes&retorno=detalhePerguntasFrequentes>. Acessado em: 24 de novembro de 2011

VELHO, G. PATRIMÔNIO, NEGOCIAÇÃO E CONFLITO. *Revista MANA: Estudos de Antropologia Social*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro número 12, volume 1, 2006, p. 237-248.